

Abordagem psicossocial das remoções urbanas: uma análise a partir do caso Tabor*

Egeu Gomez Esteves**

Nicolas François Cohen***

Resumo:

O Partindo da aproximação da Psicologia Social com o campo dos estudos urbanos, esta pesquisa buscou compreender a dimensão subjetiva de um processo de remoção urbana na Zona Leste de São Paulo. Essa ação envolveu o reassentamento de cerca de 900 famílias que viviam às margens do rio Aricanduva, sob o pretexto de retirá-las de uma área com riscos causados por enchentes. A partir de uma pesquisa-ação participante que envolveu trabalho de campo, constatou-se que o processo de remoção, mesmo extinguindo os danos de alagamentos, criou outras fontes de risco, como questões de subsistência e de permanência no novo conjunto habitacional. A condução do projeto não envolveu a participação efetiva da comunidade do Tabor em sua formulação e implementação e, ao não considerar elementos da realidade social do território e de seus moradores, promoveu rupturas e gerou formas de desgaste e sofrimento.

Palavras-chave: Remoções Urbanas; Rio Aricanduva; Pesquisa-Ação Participante; Psicologia Social.

Psychosocial approach to urban removals: an analysis based on the Tabor case

Abstract:

Starting from the approximation of Social Psychology with the field of urban studies, this research sought to understand the subjective dimension of an urban removal process in the East Zone of São Paulo. This action involved the resettlement of about 900 families living on the banks of the Aricanduva River, under the pretext of removing them from an area with risks caused by floods. From participant action research that involved fieldwork, it was found that the process of removal, even extinguishing the damage of flooding, created other sources of risk, such as subsistence and permanence issues in the new housing complex. The conduct of the project did not involve the effective participation of the Tabor community in its formulation and implementation and, by not considering elements of the social reality of the territory and its residents, promoted ruptures and generated forms of wear and suffering.

Keywords: Urban Removals; Rio Aricanduva; Participatory Action Research; Social Psychology.

* Recebido em 14 de maio de 2021. Aprovado em 02 de junho de 2021.

** Doutor em Psicologia Social pela Universidade de São Paulo (USP).. Docente na Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), no Instituto das Cidades/Campus Zona Leste. End. eletrônico: egeu.esteves@unifesp.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2482-4421>.

*** Graduando em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo na Faculdade de Ciências Humanas e da Saúde. Pesquisador de Iniciação Científica pelo Instituto das Cidades, UNIFESP e pela PUC-SP. Integrante do PET/MEC Direitos Humanos e Subjetividade da PUC-SP.

Introdução

As desigualdades sociais são um fenômeno multideterminado que têm efeitos diretos no cotidiano dos indivíduos. Dentre outras formas, suas contradições são reproduzidas na vida urbana em sua dimensão objetiva, ou seja, na realidade material das cidades. Elas são refletidas no espaço por meio de marcadores, como a macro-segregação das periferias e a precariedade da infraestrutura urbana e dos serviços, conforme evidenciado pela existência de casas-ponte sobre os córregos da cidade, de esgotos a céu aberto ou apenas escondidos da vista, entre outros.

Nabil Bonduki (2011, p. 25) traz um exemplo de como a dinâmica urbana é permeada pelas desigualdades e como, ao mesmo tempo, as reproduz. Ao se referir à cidade de São Paulo, diz:

A desigualdade urbana, funcional e social se aprofunda, gerando uma cidade partida e segregada. A mancha urbana se expande horizontalmente destruindo as áreas de proteção ambiental e gerando, por um lado, assentamentos precários distantes e carentes de infraestrutura, e, por outro, condomínios fechados de média e alta rendas, acessíveis apenas por meio de automóvel. A migração diminuiu e a população cresceu pouco a partir de 1990 (...), mas de uma forma muito desigual: as áreas mais bem urbanizadas perderam população, enquanto as regiões mais distantes, as áreas de interesse ambiental e os municípios mais pobres da Região Metropolitana continuam com crescimento elevado.

Ao estudar as especificidades do desenvolvimento da cidade de São Paulo, Milton Santos (2009) indicou como o crescimento urbano paulistano teve um caráter perverso. A expansão rápida e gradual dos limites da cidade teria contribuído para dinâmicas como a valorização fundiária e a especulação imobiliária, que expulsaram muitos cidadãos de baixa renda para áreas menos valorizadas.

Lúcio Kowarick (2009) também criticou como o poder público foi cúmplice de um modelo habitacional segregador. Ele trouxe à tona que, mesmo antes do surgimento massivo de favelas em São Paulo na década de 1980, o fenômeno das casas autoconstruídas já era recorrente:

Tratava-se de um sistema habitacional eficiente e barato, pois liberava os moradores do pagamento do aluguel, já que eles mesmos construam suas residências, localizadas no mais das vezes em glebas rurais, parceladas em lotes vendidos a baixos preços e financiados por vários anos, exatamente porque eram desprovidos de serviços urbanos. Esses terrenos ilegais do ponto de vista da legislação urbana representavam a desobrigação dos poderes públicos em realizar investimentos. Contudo, em prazos mais longínquos, significariam enormes custos para urbanizá-los, dado a forma rarefeita e desordenada de ocupação destes locais, que frequentemente pipocaram pelas encostas íngremes e vales alagáveis. Obviamente, a “clandestinidade” ou “ilegalidade” era apenas formal, pois os órgãos públicos não só tinham conhecimento desta modalidade de expansão urbana, como acabaram por aceitar que ela tornasse a regra dominante no processo de ocupação do solo. Tratava-se de um “*laissez-faire* urbano”, produtor de enorme especulação imobiliária (Kowarick, 2009, p. 165).

É por meio de dinâmicas como essa, em que o poder público não é apenas omissivo, mas conivente, que os fenômenos urbanos mostram uma de suas faces mais cruéis: a exposição de inúmeras pessoas a situações de vulnerabilidade. Moradias em terrenos baldios, muitas vezes sobre córregos ou em barrancos, sujeitas a enchentes ou deslizamentos, são exemplos desse processo.

Quando se fala em dimensão subjetiva dos fenômenos urbanos, refere-se à vivência das pessoas em uma sociedade desigual, constituída dialeticamente e repleta de assimetrias refletidas em suas formas de viver, mas sobretudo ao sofrimento mobilizado pela vida na cidade, seja físico, social ou psíquico.

A Psicologia Social tem muito a contribuir nesse campo, dialogando com as demais disciplinas que discutem os fenômenos urbanos, pois, nas palavras de José Moura Gonçalves Filho (1989, p. 14): “a Psicologia Social caracteriza-se não pela consideração do indivíduo, pela focalização da subjetividade no homem separado, mas pela exigência de encontrar o homem na cidade, o homem no meio dos homens, a subjetividade como aparição singular, vertical, no campo intersubjetivo e horizontal das experiências.

Ecléa Bosi (2003, p. 71) escreve sobre a vinculação com os lugares, enfatizado a relevância do processo de apropriação dos espaços a partir de uma construção de sentidos baseada nas vivências e nas relações com a materialidade da cidade. É a partir dessas que são criados os laços afetivos, seja com a própria casa, com o bairro ou com as pessoas presentes nas interações cotidianas: “A casa materna, tal como aparece nas biografias, é o centro geométrico do mundo e a cidade cresce a partir dela em todas as direções. Dela partem as ruas, as calçadas onde se desenrolou nossa vida, o bairro”.

Ela aponta como essa construção de sentidos é realizada também coletivamente, quando a biografia, a história de vida de um bairro e de seus moradores se confundem. Os significados socialmente construídos a partir das dinâmicas desenvolvidas em um Lugar são de suma importância para fenômenos como o pertencimento e o enraizamento. Essas relações trazem “um sentido de identidade”, tanto pelos vínculos estabelecidos, como pelas redes de relações ou pela possibilidade de participação ativa em uma comunidade ampla: “Há nos habitantes do bairro o sentimento de pertencer a uma tradição, a uma maneira de ser que anima a vida das ruas e das praças, dos mercados e das esquinas. A paisagem do bairro tem uma história conquistada numa longa adaptação” (Bosi, 2003, p. 76).

Por isso, entendemos que é possível enfatizar a primazia da cidade como um lugar que produz subjetividades a partir das relações socialmente estabelecidas, sendo portanto parte integrante da constituição de identidade dos sujeitos.

Bader Sawaia (1999) também traz contribuições para essa discussão, defendendo a incorporação da categoria da afetividade em estudos que buscam compreender processos de exclusão social e que reproduzem desigualdades. Segundo a autora, é importante:

abordar a exclusão social sob a perspectiva ético-psicossociológica para analisá-la como processo complexo, que não é, em si, subjetivo nem objetivo, individual nem coletivo, racional nem emocional. É processo sócio-histórico, que se configura pelos recalques em todas as esferas da vida social, mas é vivido como necessidade do eu, como sentimentos, significados e ações (Sawaia, 1999, p.8).

Ela complementa:

Perguntar por sofrimento e por felicidade no estudo da exclusão é superar a concepção de que a preocupação do pobre é unicamente a sobrevivência e que não tem não tem justificativa trabalhar a emoção quando se passa fome. Epistemologicamente, significa colocar no centro das reflexões sobre exclusão a ideia de humanidade e com o social (família, trabalho, lazer e sociedade), de forma que, ao falar de exclusão, fala-se de desejo, temporalidade e de afetividade, ao mesmo tempo que de poder, de economia e de direitos sociais (Sawaia, 1999, p. 98).

Sawaia (1999) coloca ênfase nas determinações historicamente produzidas que compõem os fenômenos sociais, priorizando essa análise a partir das dimensões da afetividade e da identidade dos sujeitos. Desse modo, destaca os sentidos atribuídos às vivências das relações cidadãs, bem como as possibilidades de enfrentamento, individuais e coletivas, das contradições da vida social.

No nosso entendimento, a tarefa da Psicologia Social é demonstrar a primazia e a centralidade da cidade como lugar de socialização, de vida e de trabalho, onde ocorrem violentos processos de segregação socioespacial, assimetria no acesso às políticas públicas e às oportunidades privadas ou impedimentos na efetivação de direitos, mas que também é lugar de solidariedade, de organização comunitária e de luta coletiva.

Partindo dessas reflexões e desses pressupostos, esta investigação se aproximou de um fenômeno urbano específico: as remoções urbanas. Trata da ação do Estado de retirar famílias de áreas de interesse econômico e/ou ambiental, comumente a pretexto da realização de obras de infraestrutura urbana. De modo geral, pressupõem o reassentamento das pessoas afetadas para conjuntos habitacionais.

Esta pesquisa surgiu das inquietações advindas de uma experiência específica de remoção: o PAC Drenagem Aricanduva. Esse projeto envolveu a remoção de cerca de 880 famílias que residiam em habitações que beiravam um trecho do rio Aricanduva, na Zona Leste da cidade de São Paulo (SP). Sendo a região considerada área de risco devido a deslizamentos e alagamentos em épocas de chuva, o projeto visou à realização de uma obra

de macrodrenagem e canalização dessa parte do córrego, abrangendo bairros localizados na divisa entre os distritos de Itaquera e São Mateus, entre eles o Tabor e o Jd. São Gonçalo.

As famílias envolvidas foram reassentadas para o conjunto Residencial Safira, localizado em Itaquera, cerca de 9 km das casas que beiravam o rio. Esse é composto por 952 unidades habitacionais e sua obra, finalizada em 2018, fez parte do Programa Minha Casa Minha Vida.

Objetivo e método

Esta investigação buscou escutar e entender os sentidos e os significados atribuídos pelos membros da comunidade do Tabor ao processo de remoção (desde o primeiro contato com o projeto até a mudança efetiva de algumas famílias) e abrangeu pessoas que se mudaram para o Safira e também moradores que permaneceram no bairro de origem.

Segundo Paulo Freire (1999), é impensável compreender algum fenômeno social descolando as pessoas envolvidas nele -e que também o compõem. Assim, o método utilizado foi a Pesquisa-Ação Participante (Fals-Borda; Rahman, 2013), em um compromisso de incorporar a comunidade do Tabor na análise de sua realidade concreta. Desse modo, foi por meio de conversas e trocas com moradores desse bairro que surgiram os primeiros questionamentos sobre as remoções e, com elas, os objetivos da pesquisa foram gradativamente se estruturando (Spink, 2008).

O trabalho de pesquisa foi realizado pela convivência em campo, do acompanhamento do cotidiano de algumas famílias, além da realização de entrevistas semiestruturadas com alguns moradores, visando a compreender as repercussões psicossociais decorrentes dessas mudanças.

Remoção como fim dos riscos?

Como resultado da ocupação irregular das margens do Rio Aricanduva, o bairro do Tabor dispõe de trechos bem urbanizados e de um núcleo com infraestrutura urbana precária, uma favela. Muitas moradias beiravam o rio e, nas visitas de campo, foram observadas situações precárias de habitação às quais algumas das famílias estavam sujeitas, pela localização sobre as margens do rio e pelos efeitos da força da água e da movimentação do solo durante e após as enchentes. Havia casas com estrutura comprometida e trechos em que era impossível caminhar na beira do rio, pois a calçada estava rachada e uma ponte que ligava os dois lados do rio tinha sido levada pelas águas.

Foram relatadas várias situações de inundação. A maioria das lembranças envolvia a destruição de casas, perda de bens materiais e até a exposição a riscos de acidentes e morte. Por isso, outro aspecto observado foi a existência de reflexos como preocupação e medo a qualquer indício de chuva. Alguns exemplos podem ser lidos nos relatos a seguir:

— Olha, a [primeira enchente] que eu me lembro, eu era pequena, mas tenho uma recordação. Foi numa que... foi um estrago muito grande que fez. Que a água, dentro da casa da minha mãe, cobriu o meu pai. E meu pai é alto! Ele teve que ficar em cima de uma cadeira pra água não cobrir ele. Meu irmão em cima de uma geladeira! (...) Depois disso teve várias, né? Mas é assim, em época de chuva a gente nem consegue dormir, preocupado da água subir, encher e entrar dentro de casa. Que a gente fica preso ali e não tem pra onde sair, acaba ficando preso dentro de casa (Bruna).

— A casa do vizinho que tombou e ele estava dormindo dentro, não tinha visto a enchente. A gente chamou: “Moço! Moço! Vizinho, vizinho! Sua casa tá caindo!”. Ele passou pela casa da vizinha, pulou o muro da casa dela. Foi ele sair que a água levou a casa dele! (Ana).

Os alagamentos e deslizamentos representavam um risco à integridade física, à saúde mental e à vida de muitos moradores do Tabor. Era patente a necessidade de uma política que evitasse que as consequências danosas das enchentes e da movimentação das terras naquele trecho do rio colocassem em risco os moradores do bairro. O reassentamento significou o fim dos danos e dos riscos das enchentes para quem se mudou para o conjunto habitacional. Entretanto, o processo de remoção é complexo e envolve outras determinações.

Um elemento importante desse processo corresponde às questões de trabalho, renda e custos que surgiriam com a mudança. De uma maneira geral, a vida no Tabor gerava poucas despesas. A maioria das casas utilizava serviços de água e luz de forma irregular, por ligações clandestinas. No Conjunto Habitacional, tais serviços seriam regularizados e, portanto, incorporados como gastos. Além disso, seria acrescentado outro tipo de cobrança com a qual muitos moradores não estavam familiarizados: o pagamento mensal do condomínio:

—Tá passando na minha cabeça que o gasto vai aumentar, né? Que a gente tá acostumado a não pagar nada ali e agora vai ter que pagar. Os gastos [no Tabor] são só as despesas dentro de casa mesmo, né? A despesa do alimento só, as coisas básicas que a gente tem em casa. Lá [no Safira] a gente já vai... Tem que se adaptar, porque você vai pagar condomínio, vai pagar água, luz (Bruna).

O aumento das despesas na nova realidade não condizia com a situação de trabalho de vários moradores envolvidos na realocação, pois muitos estavam desempregados ou em situações de trabalho informal. Além disso, foram elencadas outras fontes de despesa que poderiam ser incorporadas à nova realidade, como o custo de locomoção para quem quisesse manter alguma forma de relação com o Tabor. Esses gastos poderiam inclusive significar a perda de serviços, visto que o pagamento do transporte poderia não compensar sua execução.

Como se não bastasse, muitos dos trabalhos estavam vinculados à moradia no Tabor. Havia casos em que a principal fonte de renda estava atrelada à antiga casa, como o de Ana: “Eu tenho um comércio de unha. Se você tirar o meu comércio, como é que vou poder manter o lar? Vai tirar o bar da menina, como é que ela vai poder pagar as contas, se é o meio de renda dela?”.

Houve ainda situações de moradores que mantiveram seus estabelecimentos comerciais no Tabor, mas que perderam grande parte de seus clientes, uma vez que esses também se mudaram para o Safira.

É evidente que a mudança ao Conjunto Habitacional extinguiu o perigo das enchentes, mas, em compensação, a entrada de novos gastos introduziu um novo risco, relacionado à capacidade de subsistência e de permanência no Safira. Isso porque o projeto permite somente ao longo prazo a escritura definitiva do apartamento do Conjunto Habitacional, que só ocorre após 10 anos em que os moradores consigam subsidiar de forma consistente as despesas do condomínio. Portanto, a chegada das famílias no residencial era apenas uma regularização provisória. Não pagar os custos mensais do condomínio representava a ameaça de perda da nova habitação - e consequente retorno às moradias irregulares. É uma política que possibilita a entrada das famílias no conjunto habitacional, mas que não prioriza a sua permanência.

Há ainda uma cláusula que impede que cidadãos envolvidos em atendimentos ou projetos habitacionais participem de um novo. Ou seja, se alguma família não conseguir se manter no conjunto habitacional, não terá direito ao acesso a futuras políticas públicas de habitação, por já ter sido contemplada anteriormente.

Desgastes durante o processo da remoção

O contato inicial com o PAC Drenagem Aricanduva mobilizou os moradores de diferentes maneiras. Ao se deparar pela primeira vez com esse projeto, a maioria não acreditou que ele seria executado. O principal motivo dessa descrença inicial foi a existência de rumores antigos sobre uma possível remoção. Isso pode ser observado no seguinte relato:

A minha mãe falava que já fazia uns 20 vinte anos que escutava isso, que tinha projeto de mudança, que ia mudar. E nunca mudou. Então quando veio essa história de que ia mudar tudo, a gente ficou meio desacreditando, né? A gente ficava assim: “ah, isso vai demorar de novo, é só conversa e tudo” (Bruna).

Por acreditarem que se tratava apenas de um boato, muitos moradores nem compareceram nas primeiras reuniões da prefeitura sobre a remoção. A circulação das informações sobre o PAC foi feita de maneira difusa e se tornou um fator gerador de ansiedade, uma vez que inúmeras versões controversas sobre o projeto foram criadas e, com elas, incertezas sobre o que ocorreria. Muitos acreditaram que seriam despejados ou não teriam direito a um apartamento, por exemplo.

Sobre o calendário do projeto, foram constatados seguidos atrasos e postergação dos prazos, o que para uns gerou desgaste e, para outros, a perda de fé de sua concretização. Carlos comentou sobre esse processo:

— Só que assim, eles prometeram uma data pra gente. Por exemplo, ano passado, eles falaram que a gente ia no natal de 2018. A gente não foi, né? Então o pessoal começou a a perder um pouco de credibilidade. Aí marcaram para março, para março também não foi. Aí marcaram pra junho, junho também não foi. Até eu mesmo comecei a ficar... Eu falei: “Meu, como eles marcam uma data, marcam outra, marcam outra, e nunca chega, né?” (Carlos).

Em um cotidiano marcado pela espera da mudança, essa indefinição sobre o futuro tomou centralidade em vários discursos. O caso de Bruna é um exemplo de como esse fator foi desgastante. Ela contou que o muro de sua casa havia sido destruído por uma enchente alguns meses antes mas, como estavam aguardando a realocação para o residencial em prazo relativamente curto, optaram por não investir em sua reconstrução. Entretanto, após meses com a casa aberta e sem perspectiva de mudança, passaram por situações complicadas:

— Essa última [enchente] fez agora esse estrago todo, né? Na minha casa tinha um quintal enorme, tinha muro e tudo, e derrubou tudo. E a gente agora fica assim, com a casa aberta, que a gente tem até medo. Vou falar pra você, o pessoal tá roubando as coisas que ficam fora de casa, tão levando tudo. É cadeira, é banco, o que tiver eles tão pegando e levando. Aí a gente ainda fica com medo. A gente não vê a hora de sair daí. (...) A gente ficou no aguardo, porque o pessoal falava: “não compensa construir de volta, porque vocês vão sair, vocês vão gastar dinheiro à toa, então não vale a pena”. Aí então a gente deixou do jeito que tá. E daí começou o pessoal a passar ali... começou a aparecer gente estranha, né? (Bruna).

Uma vez iniciado o movimento de realocação para o conjunto habitacional, as casas de famílias que já haviam se mudado foram prontamente derrubadas. Esse processo, para as pessoas que permaneceram no Tabor, foi um momento difícil, especialmente pela feição arruinada que o bairro assumiu, com escombros de casas e entulho pelo caminho.

Foi possível identificar uma forte relação de pertencimento dos moradores com o lugar que habitam. A dimensão afetiva pelas casas onde vivem foi recorrente, considerada um marco da própria história de vida e a materialização da trajetória de suas famílias. Não foram raros os relatos sobre famílias que migraram do Nordeste e que, ao chegar em São Paulo, construíram as suas casas com as próprias mãos no Tabor. São lares levantados com muito esforço pessoal e familiar, tanto pelo longo trabalho de autoconstrução quanto por um grande investimento financeiro na compra de materiais. É o caso de Ana:

— A gente construiu a casa. A casa era um barraco de madeira, não era um sobrado. Hoje em dia é um sobrado. (...) Quando meu esposo começou a trabalhar, ele trabalhava muito com obra. Aí foi um rapaz que era pedreiro que construiu o outro lado. Construíram os dois de uma vez. Fizeram a sapata, fizeram a estrutura. Tanto que essas coisas que vem ... essa chuva que vem levou três vezes a frente da casa e a nossa casa nunca rachou. Então foi uma estrutura muito boa, a gente gastou um dinheirinho. Eu levantava às quatro da manhã pra ir pro ponto pra trabalhar, pra poder pagar o pedreiro. E fomos construindo aos poucos.

O aspecto afetivo nos discursos não se limitou às casas. Inúmeras falas direcionaram-se ao bairro e à região do Tabor, remetendo a lembranças de épocas da vida, como a infância, a juventude ou do crescimento de filhos. Houve relatos que evidenciaram as boas relações de vizinhança, vínculos de amizade duradouros, memórias da época de escola ou de brincadeiras no campo de futebol da região. Abaixo é possível identificar esse senso de orgulho e pertencimento com o bairro:

— Tanto que uma vez me perguntaram bem assim se eu tinha vergonha de alguém chegar na minha casa aqui na beira do rio. Eu olhei pra pessoa e falei: “Eu tenho enorme prazer de alguém chegar na minha casa, porque eu sei que é minha, foi com o meu suor. Tenho vergonha nenhuma, se eu morar aqui é porque eu não tenho condições de morar em outro lugar, ou vice-versa, mas eu sei que é minha. Não tenho vergonha nenhuma, é o que eu sou” (Ana).

Nesse trecho, é possível compreender a dimensão afetiva e identitária da vinculação com o lugar. Mais do que ter a propriedade de um espaço, o pertencimento é se sentir parte de um lugar. Muitos moradores esperavam manter relações com o Tabor, mesmo com a distância entre o bairro e a nova habitação.

Por fim, outro fator de desgaste diz respeito a uma possível contraposição de formas de viver na favela e no condomínio. De maneira geral, a vida no Tabor foi caracterizada pelas trocas com a vizinhança, pela alta sociabilidade entre as pessoas e pela solidariedade. Na visão dos moradores, o Tabor é uma comunidade, um lugar em que todos se ajudam, se apoiam e se acolhem. A questão é que essa forma de viver, na visão de alguns, não seria compatível com o ambiente do condomínio. No Safira, haveria um padrão de organização diferente, com regras de convivência e um outro tipo de sociabilidade. Sentimentos de solidão e a sensação de aprisionamento em um apartamento foram recorrentes, contrapondo os sentidos de comunidade e liberdade relatados no Tabor. Sobre isso, Bruna e Ana discorrem:

— Eu acho que vai ser um pouquinho difícil de se acostumar, assim, se adaptar no começo, né? A gente tá acostumado aqui, a gente fica livre, né? Apartamento você fica preso, é uma coisa diferente, né? Até se acostumar, uma pessoa que sempre viveu solta, à vontade... Disso pro apartamento é complicado (Bruna).

— Apesar de que apartamento é diferente do que morar em uma casa. Lá você abre aquelas portas e não vê ninguém. Aí eu penso que preciso arranjar alguma coisa para fazer, se não eu vou enlouquecer. É muito ruim você ficar lá sozinho, você não vê ninguém... (Ana).

Análises de moradores acerca do processo de remoção

Muitas pessoas envolvidas no projeto de remoção fizeram análises e opinaram sobre a forma como foi conduzido. Alguns moradores ficaram entusiasmados com a possibilidade de mudança por acreditar que haveria uma melhora nas suas condições de vida. Mesmo assim, um dos questionamentos centrais foi sobre a ausência de alternativas no processo como um todo. Diversas pessoas teriam preferido a permanência no Tabor, mas sacramentaram a mudança para o Safira principalmente pela falta de opções. A fala de Bruna ilustra esse processo:

— Na verdade eu não queria nem sair, né? A gente é acostumado num lugar, até você sair e se adaptar em outro lugar é complicado, né? Mas fazer o quê? Não tem outra escolha, precisa sair. Mas voltar pra casa é um aconchego. A gente tá acostumado, aí você sair, morar em outro bairro, até se adaptar... Vai ser uma nova fase. (...) Muita gente fala que eles poderiam canalizar e a gente continuar ali, só melhorar pra gente, né? Mas disseram que a gente não pode ficar. Se tem que sair, a gente vai sair. Estamos nessa. Se pudesse ficar, a gente ficaria. Mas não tem outro jeito, né? (Bruna).

Outra crítica recorrente foi a desconsideração da realidade social e econômica das pessoas envolvidas no processo. O fato de a remoção abarcar tantas famílias em uma única solução demonstra como houve uma homogeneização dos modos de vida na realocação. Além de inviabilizar a permanência de alguns grupos e impedir sua participação em futuros programas de habitação, a solução única não englobou todas as famílias. Para poder ser incluído na mudança, além de não ter participado previamente de outra política habitacional, os moradores deveriam ter renda entre R\$0,00 e R\$3.600,00 e não ser proprietário de um imóvel particular. Ou seja, o PAC excluiu pessoas que não cumpriam esses requisitos, mas permitiu a participação de famílias com nenhum rendimento para arcar com gastos provenientes da nova habitação, antes inexistentes.

A alternativa encontrada pelos não englobados nestes critérios foi um movimento de troca informal de casas. Esse mecanismo permitiu a permanência no Tabor de famílias que, mesmo morando no perímetro abrangido pelo projeto, não tinham condições econômicas para viver no conjunto habitacional ou gostariam de permanecer no bairro. Esse procedimento envolvia uma troca de residência com outra família interessada na mudança para o Safira, cuja habitação não foi considerada pelo PAC. Entretanto, essa dinâmica astuciosa para lidar com a situação, propagada como uma escolha voluntária dos moradores, pode ter aberto brechas para fraudes no acesso ao benefício.

Mesmo com o desejo de permanecer no Tabor e com a possibilidade de troca, muitas famílias preferiram ir para o Conjunto Habitacional. Foi o caso de Ana:

— Teve gente que teve escolha de trocar a casa por outra aqui na favela. Só que eu parei para pensar: “Quem me diz que aqui na frente eu vou trocar e não vou sair?” Eu vou ter que passar por tudo de novo. Não tem projeto, mas ninguém nunca sabe. (...) Eu vou ter que sair de novo, de uma forma ou de outra. Então melhor agora, que seja agora, para não passar por tudo isso lá na frente, você entendeu? (Ana).

Um dos principais motivos dessa escolha foi baseado na aparente dicotomia entre o Safira como garantia de permanência e o Tabor como risco de futuras remoções. A manutenção da condição irregular das moradias no Tabor fez muitos moradores considerarem a permanência na região como sinônimo de incerteza e insegurança, pois, devido aos interesses imobiliários da região, um novo projeto poderia ocorrer. Não são poucos os casos em que os entrevistados disseram que, agora que iriam para o Safira em apartamento regularizado, não teria como tirá-los de lá. Assim, a opção da realocação ao conjunto habitacional ocorreu como uma forma de garantia de, no futuro, evitar um processo semelhante ou até mais violento que esse.

Para as pessoas que permaneceram no Tabor, ainda havia muitas incertezas, tanto pelo risco de remoções futuras quanto pela desconfiança das obras previstas no PAC não serem realizadas. Gabriel comentou que seria fundamental um processo de unificação dos moradores que permaneceram no Tabor, para futuramente atuarem como movimento de resistência:

— Em um primeiro momento saíram estas pessoas para a construção do PAC, porém a gente sabe que futuramente eles vão mexer com a gente também. A gente já tem essa noção, então a gente estava falando da importância da gente se organizar, tentar trazer a associação [de moradores] de volta. Reativar essa associação para poder se fortalecer, quando eles vierem a gente poder fundamentar, organizar, para que isso aconteça. Poder lutar com as ferramentas que a gente tem (Gabriel).

O PAC Drenagem Aricanduva dentro da política habitacional brasileira

Foi possível identificar como o PAC Drenagem Aricanduva desconsiderou vários fatores do modo de vida e de trabalho dos cidadãos envolvidos, assim como a rede de apoio e de serviços da vizinhança. Não levou em conta a realidade social dos moradores do Tabor, tampouco suas expectativas e anseios sobre a mudança. Mais do que tudo, esse projeto não teve uma participação efetiva das pessoas a que ele se destinava, fenômeno observável em outras situações da política de habitação. É o que disse Libânio:

No caso das intervenções em favelas, tem-se adotado um modelo consultivo, com a criação de instâncias e de momentos de ouvidoria das demandas da população, sem que se traduza em real poder de decisão dos cidadãos na condução da coisa pública. (...) Mesmo nos casos em que se convocam assembleias, conferências e fóruns de políticas públicas, não há trabalho prévio de informação e instrumentalização da população para que possa se apropriar dos conteúdos e processos e exercer de forma autônoma seu direito à voz e ao voto. Ao final, são tomadas decisões sem se saber em que está votando, conforme depoimentos dos próprios moradores participantes desses encontros (Libânio, 2016, p. 775).

Muitas vezes, os moradores têm uma *participação orientada*, direcionada para os objetivos do poder público. Em geral, os projetos e as soluções já estão prontos antes de uma consulta da população, e os encontros com membros do Estado são de cunho informativo das decisões já tomadas, com pouco espaço para alterações.

Esse parece ser o caso, pois a construção do conjunto habitacional Safira já estava concluída em 2018, antes mesmo da primeira divulgação do PAC para os moradores. Dessa forma, não houve abertura para discutir as demandas das pessoas envolvidas e elaborar coletivamente as propostas sobre sua futura morada. Sequer foi cogitada a possibilidade da construção de um conjunto habitacional nas proximidades do Tabor. Os únicos

momentos de participação comunitária deliberativa se limitaram à escolha do síndico de cada torre e na eleição do conselho gestor da ZEIS.

Silva (2017, p. 104) pesquisou as formas de participação dos moradores envolvidos no Programa Minha Casa Minha Vida e constatou que, embora seja um marco nas políticas públicas de habitação no Brasil, é limitado por estimular uma *participação vazia*, com restrições nas decisões e escolhas dos envolvidos acerca de suas futuras habitações. Constatou também que “a participação popular é elemento primordial em um programa que tenha por finalidade promover uma experiência que seja de fato transformadora”.

O modo como foi conduzida a remoção das famílias no Tabor e a consequente realocação no Safira descaracterizou os meios participativos, reduzindo as pessoas envolvidas a meros *objetos da política pública* de habitação. Tal modo desqualificou suas formas de viver e pensar, bem como suas capacidades de tomar decisões importantes. A ideia de incorporar na descrição dos resultados dessa pesquisa a categoria *Análises de moradores sobre o processo de remoção* partiu do fato que as pessoas vivem, pesquisam e refletem sobre a sua própria realidade. Quem pode falar com mais propriedade da realidade social do Tabor do que seus próprios moradores? Se são conscientes e apropriados de sua realidade, então deveriam ser os *sujeitos da política pública*, pois devem lidar com o desenvolvimento da remoção dentro da objetividade e das limitações que ela traz, a partir de suas realidades, expectativas e possibilidades.

É preciso questionar o caráter da atuação do Estado nas políticas de habitação e moradia. A desconsideração das demandas da população na formulação e implementação das políticas de remoção e intervenção em áreas de risco demonstra que o Estado, por meio da política habitacional, atua de forma perversa, uma vez que esvazia o sentido da participação da população, ao mesmo tempo em que prioriza interesses do mercado.

Libânio (2016) escreveu sobre o processo de desfavelização em Belo Horizonte, ressaltando as inúmeras obras que diminuíram substancialmente o número de favelas na cidade. Segundo a autora, esse movimento parte de uma nova fase da política habitacional brasileira e é marcado por um caráter remocionista. Ela relata que, à princípio, a maioria das remoções ocorreu sob pretexto de viabilizar obras públicas que beneficiassem a população, como construções de integração viária. Entretanto, o foco primordial no avanço da urbanização não visaria à resolução de questões sobre a regularização fundiária, tampouco às melhores condições de vida aos moradores removidos. Seria portanto uma prática higienista pelo fim das favelas, que amplifica a gentrificação e gera maior valor imobiliário para as regiões envolvidas.

Essa operação vem acompanhada da construção de conjuntos habitacionais que geralmente se situam em áreas mais afastadas do centro das cidades ou em municípios na periferia de regiões metropolitanas. São locais que dispõem de equipamentos e serviços públicos, como escolas, creches, parques, hospitais, postos de saúde e infraestrutura urbana em menor quantidade, ou se encontram em condições mais precárias dos que as áreas centrais, além de estarem distantes dos locais que concentram a oferta de trabalho e outras fontes de renda. Trata-se de um processo que promove, simultaneamente, o crescimento do espaço urbano e a segregação social nele.

Vargas (2016) teceu críticas aos projetos de habitação que enfatizam os problemas das áreas de risco a partir de uma retórica técnica e pericial, que constantemente desqualificam os lugares e as famílias que vivem neles. Aponta que os riscos e desastres resultam do crescimento urbano de viés mercantil, rápido e intenso e, por isso, seria uma reação originada no sistema social, no qual muitas pessoas são excluídas das outras vias de moradia e veem nas áreas de risco um lugar possível de viver. Assim, áreas de risco não seriam algo externo ao sistema, mas uma manifestação de suas contradições e vulnerabilidades.

Por promoverem a desvinculação afetiva e social com o local de origem, destruírem as redes de relacionamento existentes e agravarem a vulnerabilidade das famílias e indivíduos, as remoções podem ser consideradas uma modalidade de sofrimento ético-político. De acordo com Sawaia (1999, p. 105):

O sofrimento ético-político retrata a vivência cotidiana das questões sociais dominantes em cada época histórica, especialmente a dor que surge da situação social de ser tratado como inferior, subalterno, sem valor, apêndice inútil da sociedade. Ele revela a tonalidade ética da vivência cotidiana da desigualdade social, da negação imposta socialmente às possibilidades da maioria apropriar-se da produção material, cultural e social de sua época, de se movimentar no espaço público e de expressar desejo e afeto.

No processo de remoção do Tabor, foram diversas as formas encontradas pelos moradores de lidar com o reassentamento, mas também foram nítidos os inúmeros percalços impostos a eles em todas as etapas da mudança. Nesse sentido, o sofrimento ético-político, pode ser considerado um afeto atrelado à violência englobada na condução dessa política habitacional.

Considerações finais

Analisando o processo de remoção do PAC Drenagem Aricanduva, é possível afirmar que ele foi perverso, introduziu novos riscos e resultou em uma considerável fonte de desgaste psicossocial, mesmo com a extinção dos riscos advindos das enchentes às famílias que viviam nas margens do rio Aricanduva.

A exclusão dos processos de planejamento e implementação dessa política pública desqualificou os meios participativos e, conseqüentemente, os moradores nela englobados. Foram poucos os esforços do poder público para desenvolver estratégias para construir uma alternativa habitacional que minimamente se aproximasse das condições materiais e subjetivas dos indivíduos envolvidos.

É fundamental levar em conta, de uma maneira ampla, as especificidades do Tabor e de suas formas de sociabilidade: eis um lugar de vida compartilhada, produzido pelas pessoas e que, ainda que carregado de contradições, é o espaço do convívio cotidiano em que há histórias, memórias, formas de vida e de trabalho.

Abrem-se brechas para questionar quais são os reais objetivos das remoções. É possível enquadrá-las na lógica hegemônica da urbanização contemporânea que, como um todo, reproduz as desigualdades na materialidade das cidades. São uma dinâmica que, ao impedir a participação política dos cidadãos, coloca as pessoas à margem do processo de decisão sobre as políticas de moradia, contribuindo para a insegurança habitacional e para a permanência da desigualdade socioespacial no país. Finalizamos com José Moura Gonçalves Filho (1998, p. 48):

Os que interrogam radicalmente a servidão humana concordam que se trata de um fenômeno essencialmente político, na sua origem e em seus desdobramentos. Só os homens elevam os homens à dignidade humana; só os homens excluem os homens da dignidade humana. (...) a desigualdade não pode nunca dispensar os homens para que se mantenha. Não poderá igualmente dispensá-los para que seja neutralizada e cancelada. (...) O problema da desigualdade é problema humano dos mais enigmáticos e, talvez, o mais urgente entre eles, aquele cuja solução precede a de todos os outros.

Referências

BONDUKI, Nabil. O modelo de desenvolvimento de São Paulo precisa ser revertido. *Estudos Avançados*, v. 25, n. 71, p. 23-36, 2011.

BOSI, Ecléa. *O Tempo Vivo da Memória: Ensaios de Psicologia Social*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

FALS-BORDA, Orlando; RAHMAN, Mohammed Anisur. Romper o monopólio do conhecimento. Situação atual e perspectivas da Pesquisa-Ação Participativa no mundo. *Cadernos IHU*, v. 11, n. 44, p. 32-44, 2013.

FREIRE, Paulo. Criando métodos de pesquisa alternativa: aprendendo a fazê-la melhor através da ação. In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues (Org.) *Pesquisa Participante* (pp. 34-41). São Paulo: Brasiliense, 1999.

GONÇALVES FILHO, José Moura. Humilhação social - um problema político em psicologia. *Psicologia USP*, v. 9, n. 2, p. 11-67, 1998.

KOWARICK, Lúcio. *Viver em risco: sobre a vulnerabilidade socioeconômica e civil*. São Paulo: Editora 34, 2009.

LIBÂNIO, Clarice de Assis. O fim das favelas? Planejamento, participação e remoção de famílias em Belo Horizonte. *Cadernos Metrópole*, São Paulo, v. 18, n. 37, p. 765-784, 2016.

SANTOS, Milton. *Metrópole Corporativa Fragmentada*. São Paulo: Edusp, 2009.

SAWAIA, Bader B. (org). *As artimanhas da exclusão: uma análise ético-psicossocial da desigualdade*. Petrópolis: Vozes, 1999.

SILVA, Douglas Cardoso. *Participação Vazija: Formação, Traços e Resultados - Um Estudo de Psicologia Social sobre o Programa Minha Casa Minha Vida*. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) – Instituto de Psicologia. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2017.

SPINK, Peter Kevin. O pesquisador conversador no cotidiano. *Psicologia & Sociedade*, Porto Alegre, v. 20, n. spe., p.70-77, 2008.

VARGAS, Maria Auxiliadora Ramos. Moradia e Pertencimento: a defesa do Lugar de viver e morar por grupos sociais em processo de vulnerabilização. *Cadernos Metrôpole*, São Paulo, v. 18, n. 36, p. 535-557, 2016.

VIÉGAS, Lygia; BRESCHIGLIARI, Juliana. Um direito periférico. In: PATTO, Maria Helena Souza. *A Cidadania negada: políticas públicas e formas de viver*. São Paulo: Casa do Psicólogo, p. 263-377, 2009.